

# **José Maria Whitaker, um banqueiro paulistano do café no governo central: a dialética do particular e do universal**

Marcelo Milan, UFRGS

## **Resumo**

Este artigo propõe uma interpretação marxista da atuação macroeconômica de José Maria Whitaker no governo central do Brasil em três momentos: em 1920-21 como presidente do Banco Central, e em 1930-31 e 1955 como Ministro da Fazenda. Embora afirmasse ter uma visão liberal do funcionamento da economia, Whitaker criou instrumentos de intervenção, como a carteira de redescontos do Banco do Brasil, atuou ativamente no mercado de café, comprando estoques e tributando operações, suspendeu pagamentos de dívidas, entre outras ações. Argumenta-se que sua atuação, contraditória com sua ideologia liberal, se explica pela própria dinâmica material das estruturas capitalistas no Brasil, com a consolidação desse modo de produção e a necessária superação (*aufhebung*) do particularismo da mercadoria (café) pela abstração do valor (dinheiro).

Palavras-chave: José Maria Whitaker; liberalismo; café; dinheiro; capitalismo.

## **Introdução**

As questões envolvendo agência e estrutura no marxismo têm suscitado controvérsias pelo menos desde a famosa apreciação do líder político francês desenvolvida por Marx no 18 Brumário de Luís Bonaparte. A disputa ganhou novo ímpeto com o estruturalismo Althusseriano e sua ênfase nas restrições sociais à ação individual, gerando como resposta o ‘marxismo’ analítico ou neoclássico em sua ênfase na subjetividade e nas motivações da ação individual. Callinicos (2004) é um exemplo de tentativa recente de conciliação dessas duas abordagens. Contudo, a contradição entre agência e estrutura pode ser entendida como um desdobramento da dicotomia entre o idealismo por um lado, com a agência sendo motivada por ideias subjetivas, e o materialismo por outro, com as estruturas materiais restringindo as possibilidades de ação motivadas por concepções mentais. Ainda, é desdobramento dialético da tensão entre o interesse particular, refletindo esferas de ação individualizadas, e o interesse universal, refletindo o conflito social intra e inter-classes e a evolução social como um todo.

A atuação de José Maria Whitaker no governo federal, em dois momentos críticos da história brasileira, associados à figura bonapartista de Vargas, exemplifica como poucas essas contradições. Como exemplo da estrutura moldando as possibilidades de ação, a trajetória de Whitaker reflete de forma pronunciada as características econômicas, políticas e sociais de sua época (que, tragicamente, estão cada vez mais parecidas com a nossa própria): um Brasil agroexportador, em crise, oligárquico e autoritário, marcadamente religioso, patriarcal e conservador, bacharelista, e com forte herança escravagista. A visão econômica liberal de Whitaker,

por um lado, e suas medidas intervencionistas enquanto formulador de políticas por outro, espelham as contradições da sociedade brasileira, principalmente aquelas derivadas da posição da mercadoria café no capitalismo nacional da época (e ainda hoje...).

Este artigo interpreta essas contradições com base na teoria marxista. O objetivo é mostrar a importância das determinações estruturais sobre a ação individual, das condições materiais sobre o idealismo, e do universal sobre o particular, sem ignorar que os segundos elementos desses binômios também assumem importância no desdobramento histórico do capitalismo brasileiro. Além dessa introdução, o trabalho tem outras quatro seções. A próxima enfatiza o ambiente ou estrutura social, econômico e político em que Whitaker se constitui como figura pública e busca os elementos formadores da sua contraditória ideologia liberal. A terceira seção identifica as contradições entre as ideias de Whitaker e sua atuação nos órgãos executivos da burguesia (Banco do Brasil - BB e Ministério da Fazenda – MF). A quarta seção discute as tensões entre o idealismo e a realidade material. A quinta e última seção interpreta a trajetória de Whitaker a partir do desenvolvimento capitalista no Brasil, que requer a superação do particularismo do café pelo universalismo, mesmo restrito, do dinheiro, sob condições de crise estrutural da economia mundial.

### **A Gênese da Contradição: As Ideias Fora de Lugar**

É desnecessário afirmar que os indivíduos são resultado do meio em que se desenvolvem. Whitaker nasceu em 1878, na capital paulista, filho de um comerciante, em um país ainda dependente do trabalho escravo e sob o jugo monarquista. Contudo, ao contrário do que afirma Mayer (s.d.), ele nunca foi monarquista. Suas memórias deixam claro que Whitaker era republicano, como em sua atuação no jornal da faculdade ou no episódio da ‘ressurreição’ monarquista de 1902 no interior de São Paulo. Casou-se, casto, em 1897 com D. Amélia Perez Whitaker, e com ela teve 14 filhos. Trata-se da única personagem feminina em seus escritos. Participou, como arrecadador, da Campanha do Ouro para financiar a Guerra Paulista de 1932. Faleceu no ano de 1970, na mesma capital, como banqueiro, sob uma ditadura. Sobre esta, via 1964 como “[n]o *ano sacrossanto da Revolução*” (Whitaker, 1978, p. 367).

Profundamente católico, o elemento religioso está presente mesmo nos seus escritos econômico-financeiros. A tendência de atribuir realizações pessoais à providência Divina é frequente. O título do livro de 1978, em comemoração do seu centenário, é sugestivo, embora tenha sido pensado apenas para a primeira parte, autobiográfica, que deveria circular de forma restrita entre seus descendentes. A editora Hucitec publicou o manuscrito, e incluiu outros textos, artigos não publicados ou publicados no Diário de São Paulo de Assis Chateaubriand (para quem Whitaker era ‘o maior dos paulistas’, além de ter sido eleito Patrono do Sistema Bancário Brasileiro no VIII Congresso Nacional de Bancos (Whitaker, 1978, p. 3)) e documentos.

Nascido e criado em uma sociedade atrasada e dependente, ainda que em processo de rápido desenvolvimento capitalista, Whitaker se via como um liberal, pelo menos em assuntos econômicos. De onde vieram essas concepções? Ele publicou três livros relacionados direta e indiretamente a temas econômicos ou financeiros (Whitaker, 1933, 1963[1932] e 1956), além dos trabalhos organizados postumamente pela Hucitec, estando os livros de 1933 e 1956 inclusos na coletânea (Whitaker, 1978). Escreveu também um livro intitulado “Ensaio Espirituais”, lançado pela Editora Revista dos Tribunais em 1978. Em nenhuma destas obras as origens da sua concepção liberal podem ser identificadas. Na verdade, Whitaker (1963[1932]) é um tratado jurídico sobre a criação, circulação e realização das letras de câmbio, com base em decreto de 1908. As negociações cambiais a termo foram introduzidas no Brasil no início do século XX, e Whitaker contribuiu na elaboração do regimento das negociações desses instrumentos na praça de Santos. Assim, ele inova não ao criar o instrumento, que fora importado de outras nações em estágio mais avançado de desenvolvimento capitalista, mas ao criar regras sociais para parametrizar a ação individual, adequando o comportamento dos agentes domésticos à estrutura internacional vigente. Isto é, dadas as fortes conexões do setor cafeeiro com os mercados externos, e a importância dos capitais estrangeiros no financiamento da economia brasileira, é preciso reger e moldar o comportamento dos agentes domésticos, adequando-os às estruturas existentes. Essa experiência com a regulamentação de operações cambiais certamente influenciou a visão de Whitaker em sua atuação no BB (1920-1922) e no MF.

É, portanto, nas demais obras que o liberalismo de Whitaker se manifesta, mesmo sem um mapa genético. Mais importante, esses mesmos textos econômico-financeiros indicam uma ambiguidade: convicções liberais no sentido Europeu e práticas liberais no sentido norte-americano. Considerando sua trajetória profissional no setor privado e suas curtas passagens pelo governo central, além de suas reflexões publicadas, é possível identificar os elementos mais importantes da visão econômica de Whitaker. O terceiro conjunto de ‘Observações Econômico-Financeiras’ em Whitaker (1978), produzidas entre 1955 e 1968, reflete seu pensamento econômico mais maduro e sintetiza suas preocupações. Ele discute principalmente a questão da reforma cambial, a superprodução de café, a inflação (ou carestia), as taxas de juros, o BB e a carteira de redescontos. As observações anteriores, para 1924-29 e 1938-55, discutem a situação financeira de São Paulo, críticas à caixa de conversão de Washington Luís, conjuntura, a crise de 1929, a situação do café, a inflação e principalmente o câmbio. De qualquer forma, sua ideologia liberal em uma sociedade em transformação, mas subdesenvolvida, tem necessariamente uma origem. Ela pode ter sido desenvolvida dedutivamente, pela formação intelectual, ou indutivamente, a partir da sua experiência com os negócios. Com relação à educação formal, não há elementos conhecidos até o

momento para avaliar o grau de contato que Whitaker teve com o pensamento econômico durante sua formação acadêmica. Ele diplomou-se em Ciências Sociais em 1895, e, como arquétipo da República dos Bacharéis, em Ciências Jurídicas, em 1896 (tendo acelerado os estudos para se casar e abandonar o celibato) (Whitaker, 1978). Ambos os diplomas foram emitidos pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, principal formadora de quadros para e pelos donos do poder no Brasil, visando ao preenchimento de posições de prestígio no aparelho de Estado, principalmente em funções ligadas ao poder político-judiciário, e na economia privada. Outros egressos da escola que também passaram pelo MF foram Horácio Lafer, Gastão Vidigal, Sebastião Paes de Almeida, Walther Moreira Salles (estes três últimos também eram banqueiros), Carvalho Pinto e Bresser-Pereira. Uma formação econômica fundamentada no liberalismo, para discentes que viriam a se tornar quadros para gerenciar o capitalismo a partir do Estado soa, portanto, contraditório.

Mais importante, as estruturas socioeconômicas e políticas do período parecem proporcionar parâmetros mais sólidos para identificar a visão econômica de Whitaker. E a mercadoria café não poderia deixar de ser um elemento-chave, presente na totalidade dos seus escritos. Após se formar, Whitaker mudou-se para o município de Espírito Santo do Pinhal, no interior paulista, por sugestão de um irmão, juiz na vizinha Mogi Mirim. No recorte geoeconômico tradicional da historiografia sobre a produção cafeeira no Estado, Pinhal faz parte da área da estrada de ferro Mogiana. Com o declínio econômico no Vale do Rio Paraíba e no Litoral Norte de São Paulo, a região Mogiana se tornou, entre o final do século XIX e início do século XX, a mais importante em termos de população, área total e cultivada, número de propriedades e especialização na produção cafeeira (Colistete, 2015). Ou seja, um grande polo de acumulação de capital cafeeiro e comercial. Whitaker relata em suas memórias a existência de conflitos de terras e propriedades, a mais importante forma de riqueza da época, e, como manifestação de atraso, de disputas políticas entre clãs ou facções familiares (Vergueiros e Motas), lideradas sempre por algum coronel.

Os negócios com cafeicultores o convenceram a se tornar, em 1903, um comissário e, tempos depois, também exportador, de café na cidade de Santos. Esse período marca a transição de uma forma econômica pré-capitalista para uma não tipicamente capitalista, mas regida pela lógica D – M – D'. Em 1910 Whitaker foi eleito presidente da Associação Comercial daquela cidade. As dificuldades do ramo, caracterizado pela escassez de capital de giro e pela dificuldade de crédito junto aos bancos nacionais, os quais experimentavam crises financeiras recorrentes, levou Whitaker a fundar o Banco Comercial do Estado de São Paulo em 1912, marcando nova transição para D – D'. O sucesso na atividade bancária permitiu a fundação, em sociedade, de companhias de seguros em 1918 e em 1920. A circulação de capitais entre a produção e a comercialização de café e a inauguração de bancos parece ter sido um fenômeno não incomum no período (Fontanari, 2015).

Isso reforça a importância dos elementos estruturais na conformação das múltiplas agências individuais.

A nomeação de Whitaker para assumir postos de comando no comitê executivo da burguesia nacional (e também internacional) pode ser explicada principalmente em função deste conhecimento prático do capital, adquirido através das suas atividades comercial e bancária, e não fruto de elaboração intelectual prévia. Certamente suas relações com a oligarquia e com os altos funcionários do Estado, para além de sua competência pessoal, o colocaram em posição de prestígio, tornando seu nome frequentemente lembrado para assumir cargos importantes nos diversos níveis de governo. Essa nova transição, temporária, do capital para o Estado, coloca Whitaker em posição privilegiada para observar os resultados da superação (*aufhebung*) em curso do particularismo característico da concentração econômica setorial e regional do capitalismo em formação, isto é, no café e em São Paulo, com a crescente universalização da riqueza exigida pela reprodução ampliada da acumulação de capital nesse território. E o universalismo aqui está expresso na ampliação da circulação do equivalente universal, em um primeiro momento, o dinheiro mundial, o ouro, e, com seu esfacelamento a partir da Grande Depressão, a moeda territorial. Para tanto, a ação de Whitaker frente ao comitê executivo, para além da realização do valor do café, em si imposição estrutural, contribui para acelerar essa superação. Assim como no caso das operações a termo, sua administração foi marcada pela introdução de importantes inovações associadas a instrumentos necessários, mas insuficientes, para um funcionamento menos instável do capitalismo nacional, dada a centralidade do dinheiro (e dos bancos) nesse modo de produção. Mais importante, a sua atuação não encontra respaldo em suas inclinações liberais. A razão prática torna, desta forma, as convicções meras ideias fora do lugar (Schwarz, 2014).

### **A Contradição em Processo: Whitaker no Comitê Executivo da Burguesia**

A participação de Whitaker no Estado burguês foi breve, com longos intervalos dedicados à acumulação de capital entre cada nomeação, e com passagens rápidas, embora não atípicas se considerada a intrínseca instabilidade política brasileira. E sua gestão dos assuntos comuns da burguesia não foi mais longa no total porque Whitaker rejeitou muitos convites para assumir cargos nos diferentes comitês, como no governo paulista de Washington Luís, para permanecer no governo federal sob Artur Bernardes, para voltar à pasta da Fazenda no Governo Dutra e para chefiar a prefeitura de São Paulo em 1945. Sua nomeação como chefe civil do governo provisório de São Paulo em 1930 também foi efêmera. Mas a sua atuação representou uma violação de seus preceitos liberais, acelerando a contradição entre condições materiais gerais e concepções idealistas subjetivas.

Para entender o processo de superação do particularismo e a universalização da forma dinheiro, e das ideias liberais fora de lugar, é especialmente importante destacar o seu período na presidência do BB, tendo sido nomeado por Epitácio Pessoa em 1920 e permanecido no banco até 1922. O Brasil, com capitalismo subdesenvolvido e logo com uma moeda particular, enfrentava mais uma forte crise cambial naquele período, um ensaio para a grande crise que adviria uma década depois. Uma das condições impostas por Whitaker para aceitar a presidência do BB foi a criação de uma carteira de redescontos. Com essa inovação, o BB se tornaria a instituição nacional mais próxima a um banco central (BC) (situação essa considerada precária por Whitaker, defensor de um BC de fato). O BB passaria a responder, mesmo que imperfeitamente, por ações que caracterizariam o germe de uma política monetária, principalmente a função de prestador de última instância, um circuito D – D' modificado. Ou seja, foram criados mecanismos centralizadores e não concorrenciais de estabilização das operações envolvendo o capital bancário. Chavantes (2004) cita um relatório do BB de 1921 em que Whitaker identifica o descasamento, típico da atividade bancária, entre ativos, que geram D' após prazos variáveis, e passivos, que permitem obter ou criar D mas que podem ser sacados a qualquer momento, e da necessidade de prover liquidez emergencial (D adicional) para os ativos realizáveis a prazos superiores aos dos depósitos. As contradições com o liberalismo ficam evidenciadas.

Além disso, Whitaker (1978, p.39) mostra a importância da carteira para o fortalecimento dos bancos nacionais, então operando sob condições monetárias subdesenvolvidas frente aos bancos dos países capitalistas avançados:

“[a carteira de desconto] foi o eixo da transformação do Banco do Brasil, de Banco de segunda ordem em principal banco do País, e a causa, também, do fortalecimento dos bancos nacionais, até então preteridos pelos estrangeiros por faltar-lhes, na eventualidade de uma crise, um socorro pronto como esses teriam de suas caixas matrizes.”

Whitaker lamentou a extinção da carteira por temores inflacionários em função de emissões sem lastro em papéis comerciais para desconto. Whitaker (1933) lembra que a lei que criou a carteira, redigida por ele, exigia sempre lastro. A emissão, desde que lastreada em títulos contra a produção, sem operações com o Tesouro Nacional, não criaria pressão de demanda sobre a oferta. Segundo Whitaker (1978, p. 370, *itálicos adicionados*), a carteira teve papel relevante na reprodução ampliada desde sua reabertura em 1930: “(...) desde então funcionou ininterruptamente, consolidando o sistema financeiro nacional, que se desenvolveu sem temor e rapidamente, amparando e *estimulando a economia geral do País*.” Além da carteira, ele criou a câmara de compensação de cheques e a carteira de crédito agrícola (que não operou sob seu comando). Em relatório encaminhado ao Presidente e ao Ministro da Fazenda, Whitaker mostra uma sólida

reestruturação e expansão do banco sob sua gestão, além de uma proposta para sustentar a política de valorização do café sem pressões sobre o Tesouro ou sobre o próprio banco.

As contradições se acentuaram durante a primeira passagem de Whitaker pelo MF, entre o final de 1930 e o final de 1931. As expectativas sobre um governo que assume em meio a forte crise econômica mundial, e logo nacional, certas ou erradas, criam um grande desafio em termos de ações rápidas, respostas estas limitadas pelas estruturas institucional, política e econômica vigentes no país e no exterior. A recomendação liberal é liquidacionista (o governo deve deixar todas as empresas enfraquecidas, não importa se conjuntural ou estruturalmente, fechar). Ou seja, a depressão mundial, que se materializava na queda no preço internacional do café (em ouro), na redução do quantum exportado, na redução das divisas, e na queda na capacidade de importar e de honrar compromissos externos, deveria seguir seu curso. A nomeação de Whitaker por Vargas foi bem recebida pela banca internacional, o que sugere que ao menos os compromissos externos não teriam uma solução liberal.

Whitaker (1933) relata a experiência inicial do governo provisório, descrevendo o programa financeiro e enfatizando os principais temas a serem tratados: o café, o câmbio, o papel do BB, o Tesouro (condições fiscais), a missão Niemeyer (funcionário do Banco da Inglaterra em viagem para avaliar a situação econômica do País) e o terceiro *funding loan* (empréstimo de consolidação de dívidas antigas, com emissão de títulos de dívida em troca da amortização e do pagamento de juros, com prazos de carência entre 20 e 40 anos estabelecidos unilateralmente pelo *dictum* estatal). Responsabilizando a administração anterior, da qual Vargas fez parte como Ministro da Fazenda no biênio 1926-27, pelas dificuldades econômicas, o então Ministro lista os objetivos do programa de transição, *mezzo* liberal, *mezzo* intervencionista, assumindo assim sua contradição: comprar o estoque de café e revogar as medidas que perturbavam o mercado, equilibrar o orçamento, criar o Banco Central de Reservas e assim reformar o sistema bancário, e, por fim, instituir o crédito agrícola, por meio de um Banco Hipotecário Nacional (op. cit.).

O autor destaca as mudanças na política de valorização do café anteriores à sua gestão, a qual passou das compras pelo governo, com recursos do Tesouro, intervencionismo com custos socializados, para proibições de comercialização, com os custos impostos privadamente aos cafeicultores. A política gerou como resultado enormes estoques em São Paulo, que paralisavam a lavoura e outros segmentos do circuito do capital industrial que se formava, do transporte ao armazenamento, com elevados custos de financiamento. A solução adotada, a partir da avaliação de projetos alternativos (não colher a safra corrente ou comprá-la a um preço fixo), foi a aquisição dos estoques pelo governo e a liberação da safra corrente, ao risco de queda nos preços (que afetariam também os países concorrentes). Com isso se liberava a nova safra e logo o crédito para a lavoura,

ampliando o nível de atividade econômica. Para evitar novos estoques, proibiram-se novas safras de acordo com o potencial produtivo de cada Estado, e foi estabelecido um imposto sobre as vendas externas para financiar as compras do governo, sendo as sacas adquiridas imediatamente destruídas. Medidas, portanto, nada liberais. Na crise de superprodução de mercadorias, o Estado garante a realização do valor. Ou seja, Whitaker se considerava um inimigo de todas as intervenções, mas, compelido pela necessidade de evitar um colapso geral da acumulação de capital no Brasil, aprofunda a atuação no Estado na economia, com o socorro particular ao setor cafeeiro pela autorização da compra de 17,5 milhões de sacas de café estocadas (sendo que 6,1 milhões ocorreram apenas durante a gestão Whitaker, o equivalente a duas safras). Segundo Mayer (s. d., s. p.), Whitaker teria afirmado que: “a necessidade não conhece leis: ou faremos isso — e já — ou assistiremos à derrocada de toda a nossa economia”.

Ainda que reticente, Whitaker abraçou a contradição e concordou em utilizar aberturas de crédito nos bancos públicos (BB e Banco do Estado de São Paulo) para adquirir os estoques. Dado o subdesenvolvimento bancário do País e a restrição de divisas, foi preciso efetuar um empréstimo externo junto à importadora Hard, Rand & Cia., além de efetuar uma operação envolvendo vendas casadas de café e trigo. Estas duas últimas operações foram feitas com base nas obrigações atreladas ao empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas do governo de São Paulo, sob Washington Luis, que previa vendas regulares de café para saldar o serviço da dívida em adição à taxa de três *shillings* cobradas dos comerciantes que necessitassem de financiamento. Assim, os estoques comprados deveriam ser negociados para honrar a dívida, mas dentro de condições já estabelecidas. Incluindo a antecipação, pelos comissários, do prêmio para negociar o café do governo, os recursos levantados (D) eram suficientes para as compras dos estoques (D - M). Em resumo, as condições de desenvolvimento capitalista no Brasil haviam mudado, alcançando uma escala de concentração particular que exigia um organismo externo, do ponto de vista econômico, à circulação dos capitais para realizar o montante de valor gerado, e Whitaker defende as compras dos estoques, financiadas com emissão, contra a resistência de Vargas, alegando ser uma necessidade geral (universal), não particular, exclusiva do café (Bastos, 2010; Alvarenga Jr. e Mattos, 2015).

Com relação ao câmbio, expressão monetária do trabalho abstrato nacional médio comparado ao trabalho abstrato mundial médio e logo elemento central na superação do particularismo, Whitaker, em tratamento considerado por Abreu (1990) como generoso, remeteu todo o estoque de dinheiro universal para Londres e efetuou novo empréstimo para cobrir as necessidades de divisas do País, principalmente do BB, que recebera no período imediatamente anterior o monopólio das transações cambiais (depois atenuado com um sistema de licenciamentos para as importações). Ou seja, com o aprofundamento da crise global, o BB, administrador do

equivalente geral doméstico, se encontrava em situação financeira frágil no Brasil e no exterior. A situação interna foi amenizada em cooperação com os bancos privados, com a elevação das taxas de juros pagas pelos depósitos, que atraiu recursos para a instituição. A condição externa foi temporizada inicialmente com novos créditos de curtíssimo prazo e acordos de *swaps*, considerados insatisfatórios por Whitaker (em função de poderem ser cancelados a qualquer momento e exigirem rolagem periódica). Com a escalada da crise internacional, nem o crédito nem os *swaps* foram renovados, e o BB teve de remeter suas reservas de ouro para Londres, recebendo então novo empréstimo para cobrir as obrigações financeiras da instituição com credores externos. O câmbio foi restrito ao comércio exterior, isto é, à circulação internacional de mercadorias, e havia expectativa de desvalorização do trabalho abstrato médio doméstico. Para remediar a falta de equivalente geral universal, a importação de máquinas foi proibida e uma reserva de mercado para a produção doméstica foi estabelecida. Dadas as restrições do capitalismo nacional, a acumulação de capital fica restringida. Permanecendo a pressão no mercado cambial em 1931, Whitaker reforçou a contradição e suspendeu o pagamento das amortizações da dívida externa, exceto os dois *funding loans* anteriores e o empréstimo do café de 1922. Mantidas as dificuldades, suspendeu também o pagamento dos juros, afetando o circuito internacional D - D'. A FIESP, elemento fundamental do processo de superação do particularismo, e os cafeicultores, elemento central afetado pela erosão do particularismo, defendiam o calote (e a queima dos estoques de café adquiridos) para redirecionar o equivalente geral para a acumulação interna.

Para além do BB, Whitaker (1933) nota que havia um represamento de fundos nos bancos, dada a incerteza sobre possíveis corridas bancárias. Sem crédito, os demais setores ficavam paralisados, pois não há como iniciar o circuito D – M. A reabertura da carteira de redescontos do BB por intervenção de Whitaker aumentou a confiança dos e nos bancos e as taxas de juros caíram de 12% a.a. para 5% a.a, restabelecendo o circuito restrito do capital-dinheiro. Porém, Abreu (1990) aponta uma contração monetária significativa no período, mesmo com o fim do padrão-ouro no Brasil em 1930.

Sobre o Tesouro, Whitaker (1933) aponta a existência de superávits fictícios no período anterior, dado que os saldos não estavam disponíveis para a nova administração (contabilidade criativa, segundo Bastos (2010)). Feita a revisão, os superávits se converteram em déficits, que foram saldados por empréstimos e encampação das emissões lastreadas do BB. Ou seja, dívida e emissão de papel-moeda. A encampação das notas lastreadas transferia a propriedade do ouro que servia de garantia do BB para o Tesouro, que então revendia o equivalente geral universal para o BB, pago desta vez por emissão de equivalente geral doméstico. Para resolver o déficit de caixa do Tesouro e as demandas dos Estados, Whitaker emitiu bônus e vendeu ouro da caixa de

estabilização, a ser recomprado pelo BB quando da reabertura da caixa, fechada pelo governo deposedo. A paralisação do mercado de capitais fez com que os preços dos papéis negociados inicialmente caíssem. Mas o BB operou adquirindo os títulos com deságio e elevando gradualmente os preços e gerando lucros para o Tesouro.

Para tentar equilibrar o orçamento, objetivo central do programa financeiro pós-Golpe e recomendação da banca internacional por meio da missão Niemeyer, Whitaker aponta o corte de despesas como a principal medida. Frustradas as expectativas de receita em função da crise, novos cortes foram programados, explicitando ser essa uma decisão de Vargas. Estes incluíam fechamento de repartições, corte de pessoal, eliminação de isenções, e reduções de vencimentos (inclusive os do próprio Vargas e dos Ministros). Para elevar as receitas, evitando majorar os impostos aduaneiros (que passariam a ser cobrados em ouro), a tributação sobre consumo foi elevada, a progressividade do imposto de renda ampliada (mesmo que os abatimentos legais fossem suspensos), um novo imposto sobre o fósforo criado e houve aumento dos impostos sobre loterias e seguros. As condições de realização do excedente, embora o Estado brasileiro não fosse ainda uma fonte fundamental de gastos autônomos, ficariam assim prejudicadas, aprofundando a crise.

A necessária superação do particularismo, cuja crise era sua manifestação no Brasil, criou oposição política dos interesses afetados. Assim, havia fortes pressões dos cafeicultores sobre Whitaker, que o acusavam de favorecer os interesses dos bancos frente a lavoura, apesar das compras de estoques e do destravamento do setor. Esse favorecimento seria exemplificado pelo decreto que permitia aos bancos se apropriar do café deixado em consignação, fazendo com que as negociações de compra do produto fossem conduzidas entre o governo e os bancos. Whitaker pediu exoneração em 1931.

Em sua carta de despedida da primeira passagem pelo MF, Whitaker fez um balanço para o sucessor, Oswaldo Aranha, apontando que o Tesouro não contraíra novas dívidas e que não houve novas emissões, embora a massa de papel-moeda em circulação seguisse sendo excessiva. Havia superávit orçamentário, lucro no BB e saldo positivo na balança comercial. As reservas em Londres eram positivas e suficientes para honrar compromissos de curto prazo derivados do terceiro *funding*. A taxa de câmbio foi estabilizada com o monopólio do Banco do Brasil. No curto prazo, portanto, os resultados apresentados foram positivos segundo a exposição de Whitaker.

Existe uma literatura bem conhecida que avalia a natureza da política econômica e da economia política dos anos 1930 no Brasil. A avaliação é feita para períodos relativamente longos, tendo por recorte histórico as mudanças políticas ocorridas no País. Uma questão recorrente envolve a distinção entre ortodoxia (liberal) e heterodoxia (intervencionista), que nada mais é que uma reformulação da contradição em processo apontada acima no caso específico de Whitaker. Avaliar a

primeira passagem de Whitaker pela Fazenda nesses termos é difícil, dado o curto período. Ênfase é dada à ‘política fiscal’, em especial sobre a natureza expansionista das compras do estoque (realização) de café pelo governo, com elevação simultânea de tributos (retirada de dinheiro da circulação). Sendo uma política de injeção de gastos públicos para estabilizar a renda e manter o nível de emprego, ou valorizar o valor e garantir a acumulação de capital variável, seria heterodoxa, com um efeito multiplicador que permitiria fortalecer, sem intenção, a tendência à universalização e à industrialização. Essa é interpretação clássica de Celso Furtado. Mas a preocupação com o equilíbrio orçamentário é um traço ortodoxo, dada a pressão da banca internacional para manter os pagamentos externos (circulação do capital-dinheiro internacional). Silber (1977), corroborando a interpretação clássica de Furtado, mostra que as medidas foram expansionistas com base no teorema do multiplicador do orçamento equilibrado de Haavelmo, em que um gasto financiado por um aumento de impostos ainda apresenta efeitos positivos sobre os fluxos de renda, dado que os tributos podem ser pagos a partir de variações nos estoques financeiros ou serem transferidos para os consumidores externos. Ou seja, haveria uma valorização em termos líquidos, já que a tributação redirecionava rendimentos (salários e lucros externos) e capitais privados, possivelmente fundos entesourados domésticos, para a realização do valor gerado no café, transformando de forma forçada fundos ociosos em capital. Tratava-se, assim, de medida Keynesiana antes de Keynes (Martins, 2010). Ao contrário de Furtado, Fernandes (1979) argumenta que essa política foi consciente e não acidental, assim como Alvarenga Jr. e Mattos (2015). Fonseca (2003) apresenta a contribuição seminal sobre a intencionalidade.

Com relação à política cambial, Abreu (1990, p. 74), explicitando a contradição em processo, assevera que: “As medidas iniciais do Governo Provisório quanto à política cambial foram orientadas por um liberalismo retórico primitivo, logo desmascarado pela realidade.” O monopólio das transações cambiais pelo BB, subcomitê para assuntos monetários da burguesia, foi suspenso para, em função da crise externa, ser retomado em seguida.

A contradição em processo se intensifica com a segunda passagem de Whitaker pela Fazenda, a partir de um arranjo político feito por Jânio Quadros, então governador de São Paulo. Mas Whitaker permaneceu menos de seis meses no cargo. Assumiu a pasta imediatamente após Eugênio Gudin, que o que poderia implicar desafios não triviais de reconstrução institucional, mesmo que a passagem deste último também tenha sido breve, e, dadas as mesmas restrições estruturais impostos sobre Whitaker, sem condições de fazer valer totalmente sua concepção ideológica liberal, principalmente pela oposição da crescente indústria de bens de capital, reflexo da universalização em curso, e também dos cafeicultores, reflexo do particularismo em dissolução, além das injunções políticas de São Paulo na nomeação do presidente do BB. Ou seja, as mudanças

operadas no funcionamento do capitalismo nacional e internacional no início do século XX restringia as possibilidades de gestão liberal do capital (Fritsch, 1990; Furtado, 1983). Pinho Neto (1990) e Saretta (2003) sugerem que a ‘plutocracia’ paulista de fato pressionou pela substituição de Gudin por Whitaker, reflexo da contradição real entre frações do capital em disputa.

Em Whitaker (1978) há um relatório preparado por Gudin sobre os principais problemas econômicos herdados do segundo governo Vargas: dificuldades externas, principalmente em função da situação do café, exigindo taxas múltiplas de câmbio (instrução 70 da SUMOC – mais uma vez reforçando que a contradição tinha raízes estruturais, não se restringindo a Whitaker), e, no âmbito interno, assim como no relatório do FMI sobre a reforma cambial, elevações salariais, excesso de crédito e déficits orçamentários (criação de condições de realização acima do valor produzido). Tudo isso contribuía, segundo o relatório, para aumentar a inflação. Assim, Whitaker aceita o diagnóstico e a importância do combate à inflação, ao contrário da sua primeira passagem, quando este não era considerado um problema relevante posto que o equivalente geral universal ainda representava um parâmetro para a valorização do valor, o que não estava mais posto na década de 1950 com a ascensão de um equivalente geral particular, o dólar, sendo a referência monetária aparente. A principal causa da alta de preços, para ele, eram as emissões para cobrir déficits orçamentários. O financiamento dos déficits deveria ser feito pelo lançamento de títulos públicos, mas as taxas de juros eram muito altas à época. Ao contrário de Gudin, Whitaker, sendo banqueiro, não parecia considerar o crédito como um elemento geralmente inflacionário.

Whitaker (1956) afirma que não poderia influenciar a alta de preços equilibrando o orçamento corrente de 1955, posto que já estava em execução. Não seria possível, nem aconselhável, na sua opinião, em função de dívidas e outras obrigações, evitar as emissões, como em 1931. A estrutura material se impunha à agência mais uma vez, relegando o idealismo a um conformismo subjetivo. Contudo, Whitaker argumenta que havia outros canais de contenção dos mecanismos de realização que poderiam ser acionados, como controlar a expansão do crédito pelo BB, via carteira de descontos. Acreditava também que, por ser um banco de depósitos, o BB não poderia financiar investimento de longo prazo pela natureza do passivo bancário, e que as aplicações descasadas, excessivas, pressionavam as emissões e os preços. Assim, Whitaker impõe um maior controle sobre as operações de empréstimo e de desconto, mesmo sabendo das limitações dessas medidas, dados seus impactos reais sobre a realização dos lucros, e logo da ineficácia da Instrução 108 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), sancionada na gestão Gudin e revogada pelo novo titular da Fazenda. Whitaker adicionalmente restringiu as operações das caixas econômicas e do então BNDE. Ou seja, atua na restrição do circuito do capital-dinheiro para reduzir o movimento D - M.

Além dessas medidas, reformulou o recolhimento compulsório, considerado inflacionário pelo impacto sobre os juros e custos gerais de financiamento, reduzindo as alíquotas e restituindo a diferença paga a mais aos bancos privados, assumindo que os mesmos não operavam alavancados, ficando restritos às suas disponibilidades. Essa política revertia significativamente as ações de Gudin. A ampliação da disponibilidade de caixa dos bancos por esta via levou à exoneração do superintendente da SUMOC, Octávio Gouveia de Bulhões, remanescente da equipe de Gudin, que havia proporcionado forte contração monetária (Pinho Neto, 1990). De fato, Whitaker (1956) relata uma crise bancária durante sua gestão, debelada pela intervenção do BB via carteira de redescontos, ao que parece seguindo à risca as recomendações de Bagehot no clássico *Lombard Street* sobre o prestador de última instância, que deve garantir a manutenção da circulação no circuito do capital-dinheiro. Por outro lado, o governo assumiu a responsabilidade de honrar os depósitos das instituições em falência, criando mais pressão para emissões. Whitaker via o seguro-depósito, pago com recursos públicos, como socialização de dívida privada dos bancos. Assumindo-se que não havia defasagens significativas na implementação da política monetária, o impacto do aperto de crédito sobre a inflação, contudo, foi menor que o esperado (Saretta, 2003). O banqueiro assim abriu mão de políticas contracionistas que favorecem o capital bancário internacional, para adotar políticas menos desfavoráveis às frações do capital industrial e do capital bancário nacional.

Com relação à defesa do café, questão que marca as suas duas passagens pela Fazenda, Whitaker argumentava que a retenção da safra para sustentar preços implicava perder divisas (assumia que os preços internacionais não seriam afetadas pelo fim das retenções, mesmo com a importância das vendas brasileira para o mercado global). Ele também tece críticas à política de preços mínimos em cruzeiros, com as compras financiadas por emissão. Toma então a decisão de suspender as compras, isto é, de retirar o Estado da metamorfose  $M - D'$ , dado que as mesmas, embora elevadas, eram pouco mais da metade do excesso mundial estimado da superprodução, não havendo sacrifício por parte dos demais países produtores. Ou seja, essa decisão tem um forte componente fiscal contracionista, já que implica redução de despesas agregadas. As exportações de café aumentaram nos meses seguintes à suspensão, mas é difícil medir o impacto da mesma nesse resultado, dado que os estoques norte-americanos estavam zerados e tiveram de ser restaurados, com a consequente elevação dos preços em dólares, mesmo antes da suspensão. De qualquer forma, Whitaker sofreu forte oposição dos cafeicultores por essa decisão (Rego e Marques, 2018). O particularismo se rompia de forma definitiva.

A defesa da reforma cambial, ou o fim do 'confisco' cambial (apropriação não fiscal dos diferenciais médios 'inflacionados' de produtividade entre o Brasil e o resto do mundo), era o principal objetivo econômico do novo ministro, tendo a proposta sido elaborada por Roberto

Campos, do BNDE, e Paulo Correia, do BB, e acordada com o FMI. O projeto de Whitaker, embora gozasse do apoio dos cafeicultores e demais frações da burguesia com conexões internacionais, e do cenário externo favorável, sofreu oposição dos ministros militares (outra semelhança com os tenebrosos tempos atuais) e dos candidatos melhor posicionados na corrida sucessória presidencial. O Presidente Café Filho encaminhou a proposta para deliberação do congresso, levando à demissão de Whitaker. Como argumenta Kirshner (2003), as decisões monetárias fundamentais são determinadas por critérios políticos, não econômicos. Da mesma forma, Abreu (1990, p. 100, minha ênfase) declara que: (...)a experiência brasileira [de gestão da dívida externa] *não foi exceção à regra de que argumentos econômicos cedem lugar a critérios políticos* quando se trata de reajustar o montante da dívida pública externa.”

### **Materialismo, Idealismo e Pseudo-Pragmatismo: A Contradição Reafirmada**

A conhecida sentença de Keynes (1985[1936], p. 259) de que “(...) as idéias (sic) dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, têm mais importância do que geralmente se percebe. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto” sugere que o pragmatismo é uma ilusão. Isso porque os economistas e filósofos políticos do passado, Keynes incluso, mapearam, teorizaram e racionalizaram sobre todos, ou pelo menos sobre os principais, cursos de ação econômica. Mas essa herança só faz sentido quando se materializa em instituições capazes de moldar a ação dos agentes. A estrutura ganha autonomia (e deve manter-se autônoma por algum tempo para evitar uma instabilidade permanente). A inserção do Estado burguês nacional nas diferentes metamorfoses do capital é evidente durante as passagens de Whitaker pelo governo central. Seria Whitaker de fato um liberal convicto?<sup>1</sup> Seria possível impor essa ideologia nas condições materiais vigentes no Brasil entre a década de 1920 e a década de 1950?

Como argumentam Furtado (1983) e Fritsch (1990), por mais que a concepção ou a retórica dos gestores da política macroeconômica, Whitaker incluso, fosse ortodoxa-liberal, suas ações foram forçosamente pragmáticas ou heterodoxas, na maior parte do tempo, dado que as mudanças estruturais impossibilitavam a gestão macroeconômica pelo dogma do *laissez-faire*. Furtado capta essa contradição e a determinação estrutural do material sobre o idealismo, e logo sobre a ação individual possível:

---

<sup>1</sup>Essa questão é legítima e não deve ser confundida com as abordagens que definem a adesão ao liberalismo pelos resultados econômicos. Assim, se há crescimento econômico ou inflação baixa, a política econômica só pode ter sido liberal. Se houver crise, desemprego e inflação elevada, as políticas são necessariamente intervencionistas. Nessa concepção, a economia chinesa, com empresas estatais gigantes, um sistema financeiro praticamente estatizado, planos quinquenais e vida política dominada por um único partido comunista, seria considerada a mais liberal de todos os tempos, já que apresenta o melhor desempenho histórico em termos de crescimento econômico e inflação baixa.

“Ninguém dirá que José Maria Whitaker, o ministro da Fazenda da época, tinha idéias (sic) econômicas diferentes das de Murtinho, como também não demonstrara tê-las Getúlio Vargas quando ocupara a pasta da Fazenda do governo Washington Luís. Evidentemente, as mentes menos dogmáticas, menos formadas ou deformadas pelas idéias (sic) ortodoxas sobre equilíbrio orçamentário, inflação etc., tenderam a prevalecer.” (Furtado, 1983, pp. 716-717)

No caso de Whitaker, essa contradição é reflexo da superação do particularismo, que pressiona no sentido da ortodoxia idealizada, mas em um quadro de transformações estruturais do capitalismo nacional e internacional que impõem uma maior universalização, restringindo as opções dos agentes em termos de política. Ainda assim, a contradição só existe se houver de fato uma doutrina liberal. Qual o grau de adesão de Whitaker ao liberalismo? Em que medida ele de fato viola esses preceitos ao adotar políticas de ação estatal? A abordagem dos problemas econômicos por Whitaker remete a elementos que complexificam sua adesão ao um liberalismo rudimentar. Assim, Whitaker (1933) aborda as medidas de realização dos lucros do café, via compra de estoques em 1930-31, de uma perspectiva aplicada, inclusive com noções do ativamento simultâneo de vários capitais particulares dentro do circuito do capital social total, ou efeito multiplicador. Ao justificar a permuta de café por trigo, considerava os estímulos à produção doméstica de farinha e de outras cadeias produtivas, como as do algodão e têxtil, necessárias para ensacar o produto, se defendendo da crítica dos defensores do livre-comércio de que a indústria doméstica de moinhos era artificial. O pragmatismo se impõe pela crescente universalização do capital ou o liberalismo de Whitaker é menos dogmático?

Contudo, tendo sido publicado antes de a revolução Keynesiana proporcionar a racionalização econômica para essas medidas, ou seja, muito antes do pensamento de Keynes poder escravizar os Ministros da Fazenda, as inspirações doutrinárias que estavam sendo desafiadas pela imposição material pela realização forçada dos lucros cafeeiros eram necessariamente o pensamento clássico-liberal ou o neoclássico-liberal. O pensamento clássico-institucionalista-radical era pouco difundido no Brasil, dado que a visão institucionalista fora desenvolvida principalmente nos Estados Unidos, e as influências intelectuais estrangeiras mais importantes no País provinham da Inglaterra e da França. E as abordagens clássicas radicais, além de não se proporem a instrumentalizar a gestão de políticas, começavam a chegar pela imigração europeia, sobretudo pelos trabalhadores.

A adesão ao liberalismo clássico fica explícita em várias reflexões de Whitaker. Por exemplo, ao considerar o risco de queda nos preços com a compra dos estoques retidos do café e a liberação da nova safra, ele afirmava, resignado, que os preços seriam regidos por leis naturais (Whitaker, 1933, p.12). Em outra passagem:

“Minha orientação no setor do café foi sempre pela libertação dos mercados de qualquer intervenção oficial. Em política econômica, todavia, como em negócios, nem sempre se justificam atitudes rígidas; e, assim, mantendo, embora, as mesmas convicções, cooperei em

1921, quando era Presidente do Banco do Brasil, na feliz valorização (...), fornecendo-lhe os recursos que lhe faltavam (...); e, mais tarde, em 1931, promovi e executei a maior intervenção que jamais se fez (sic) no mercado de café, para salvar a Lavoura do colapso imediato a que parecia irremediavelmente condenada” Whitaker (1978, p. 305).

Ou seja, há uma retórica clássico-liberal, mas a agência se submete aos determinantes estruturais, e as medidas adotadas reforçam o papel decisivo do Estado, mesmo que em caráter temporário, suspendendo o funcionamento ‘natural’ dos mercados para reverter o colapso causado pelos mesmos, isto é, proporcionar uma rede de segurança para o salto mortal da mercadoria e forçar a transmutação M - D’. Da mesma forma, o livro de 1956 e as partes do livro de 1978 não anteriormente publicadas sugerem uma influência liberal no sentido Europeu no discurso, mas descrevendo ações intervencionistas quando necessárias, ou seja, de forma frequente.

Ainda com relação aos mercados, Whitaker aborda o problema do café em termos de oferta e demanda, diferenciando o produtor e o consumidor. Sobre a oferta, considera que a política de valorização incide diretamente sobre a mesma, tanto doméstica como estrangeira, reduzindo-a ao reter o produto no país na forma de estoques, que estimulam uma superprodução, embora afete indiretamente a demanda via consumidores. Na CPI do café, responde explicitamente que o consumo é elástico ao preço. Houve uma controvérsia entre Whitaker e o presidente do Instituto Nacional do Café sobre essa questão. Esse elemento é importante para entender os impactos da tributação majorada para financiar as compras de estoques, isto é, de qual rendimento ou tipo de capital o dinheiro é redirecionado.

Da mesma forma, Whitaker considerava a concorrência internacional em termos de preços. Já durante a presidência do BB ele defendia que a valorização do café, ao manter preços elevados, prejudicava os consumidores, que resistem aos mesmos, e criava incentivos para ampliar a produção dos países concorrentes. Por ter experiência de negócios, sua visão microeconômica também é mais sofisticada que a exposta nos livros-texto atuais. Por exemplo, discute os estoques indesejados como a diferença entre oferta e demanda para produtos estocáveis, e como os compradores intermediários gerenciam aqueles estoques, assim como as mudanças nos prazos de retenção causadas pela crise econômica mundial. Destaca a importância essencial da propaganda para as vendas, e efetua avaliação do papel do ágio resultante da cunha cambial entre oferta de exportáveis e demanda por importados, além de subsídios. Ou seja, Whitaker adiciona importantes elementos institucionais e operacionais a sua análise, e, ao fazê-lo, passa a apresentar uma visão mais profunda dos mercados, sem a reificação típica do pensamento liberal.

Considerando a intermediação financeira, argumentava que a concorrência indisciplinada entre os bancos, ao tentar atrair depositantes, elevava os juros a níveis exagerados, aumentando os custos gerais da economia. Ao mesmo tempo, criticava as taxas múltiplas de câmbio, em que os

exportadores recebem em moeda doméstica um valor menor do que receberiam com um câmbio unificado, e com os importadores pagando em leilões fixados por categorias um valor maior do que pagariam sem esse mecanismo. O argumento é livre-cambista, defendendo o fim da intervenção por se constituir uma forma de confisco, criando efeitos negativos sobre produtores e consumidores domésticos. A tensão entre idealismo e materialismo é permanente.

Do ponto de vista macroeconômico, Whitaker analisa a inflação como um desequilíbrio entre oferta e demanda agregadas, sendo preciso estimular a primeira e conter a segunda: “Outra necessidade essencial, no combate à inflação, é estimular a produção. (...) dando-lhe, sobretudo, crédito, transportes e direção técnica.” (Whitaker, 1978, p. 301). Defendia em particular a importância do crédito agrícola e de uma instituição especializada, possivelmente estatal, na provisão do mesmo, assim como na provisão de infraestrutura e educação. Portanto, não analisa a questão da inflação do ponto de vista estático de um produto dado em um longo prazo indefinido, possivelmente de pleno emprego, típico do pensamento liberal ortodoxo, de forma que bastaria reduzir a demanda agregada para estabilizar os preços, mesmo que, do ponto de vista da demanda agregada, como também é típico do liberalismo, acreditasse estar o problema na política fiscal descontrolada e na política monetária expansionista, com déficits financiados por emissões sem lastro:

“Para vencer esta [carestia de vida], teremos de combatê-la na sua origem, na sua causa principal, a qual, sem dúvida, é a desvalorização da moeda, resultante, sobretudo, da facilidade espantosa de emissões excessivas e incontroladas. (...) Seria, de fato, ingênuo esperar austeridade nas despesas, moderação nas fantasias, firmeza nas resistências, havendo à mão, a possibilidade, jamais embaraçada, de fabricar dinheiro à vontade (...) De importância vital é, portanto, que a Carteira de Redescontos seja total e efetivamente vedada ao Tesouro (...).” (Whitaker, 1978, p. 363)

Para além da economia, a utilização da carteira de redescontos para financiar o tesouro era igualmente rejeitada por Whitaker com base em elementos jurídicos e políticos. Em outra clara semelhança com o Brasil atual, Whitaker alerta que, “Sem embargo de serem as emissões de alçada do Congresso e de constituir a transgressão dessa prerrogativa suprema delito tão grave que pode, processualmente, custar o cargo ao Presidente da República (Lei 1.079 de 10-4-50)” (1978, p. 363). Ou seja, os instrumentos jurídicos para a criminalização de políticas monetárias e fiscais expansionistas são um recurso latente do Estado burguês, a ser utilizado sob demanda. Novamente:

“O Governo, provavelmente, recuará diante dessa interpelação [solicitação por um parlamentar de informações sobre as razões para as emissões], que bem poderia ser preliminar de um *impeachment* de imprevisíveis consequências (sic) na atual exacerbação das ambições sucessórias” (1978, p. 364, itálico no original).

Ainda sobre a política fiscal, aderindo ao idealismo liberal, Whitaker rejeitava vinculações orçamentárias entre receitas e despesas. Também criticava as receitas para-fiscais associadas aos

ágios do ‘confisco’ cambial, já que receita sem previsão orçamentária cria distorções e favorecimentos políticos.

Ao defender a proibição das relações entre a carteira de redescontos e o tesouro para conter a inflação, estende a restrição aos empréstimos do BB. Argumentava em 1959 que as aplicações do banco superavam, enormemente, os depósitos. E que o banco respondia por 4/5 da circulação fiduciária no País. Seria interessante, para fins de avaliação de coerência, que os historiadores de empresas pesquisassem sobre os balanços do Banco Comercial de São Paulo, fundado e administrado por Whitaker por muitos anos, para avaliar em que medida a instituição mantinha seus empréstimos restritos aos encaixes e aos depósitos ou se operava alavancada e, nesse caso, com que grau.

Embora tenha uma visão monetária em geral quantitativista, Whitaker apresentava elaborações mais sofisticadas que o monetarismo liberal. Ainda que rejeitasse as expansões consideradas excessivas de crédito ( $D > M$ ), ele considerava que emissões passadas, ao elevarem preços e desvalorizarem a moeda no presente, teriam impactos reais (sobre ...P... e  $M - D$ ) (Whitaker, 1978, p. 317): “Quando, porém, resultava (...) do aumento de emissões, entendi que reprimi-la [expansão de créditos] seria atingir diretamente a produção, levantando-se obstáculo à normalidade de sua circulação.” Ou seja, Whitaker reconhece que elevações de preços, ao aumentarem valores nominais, também exigem maior demanda por moeda (e crédito) apenas para manter o volume corrente de transações reais. As necessidades monetárias sempre são reflexo de contratos nominais. Apertos creditícios não conseguem separar os efeitos nominais (preços monetários) dos efeitos reais (quantidades ou volumes), porque eles não são separáveis nos contratos, que em economias capitalistas são sempre expressos em termos monetários e não em termos de volumes, como seria o caso em uma economia baseada no escambo em permanente estado de pleno emprego. Ao identificar os ‘desequilíbrios’ típicos de uma economia capitalista, como a inflação, o personagem se mostra otimista e reconhece que, “Apesar de tudo, apesar, mesmo, da angustiada carestia de vida, o País desenvolve-se a olhos vistos, demonstrando cada vez mais uma incoercível vitalidade.” Whitaker (1978, p. 364).

Ainda sobre a política monetária, renovando seu credo liberal, Whitaker (1978, p. 56, *italicos adicionados*) ao discutir a Missão Niemeyer, deixa claro que um dos seus objetivos era “(...) transformar o Banco do Brasil *em banco central de caracter (sic) orthodoxo (sic)*, livre da influencia (sic) do governo.” Na sua opinião, o BC, contudo, não poderia ser criado em uma economia com inflação elevada. Seria preciso primeiro equilibrar o orçamento.

Contudo, demonstrando mais uma vez diferenças significativas com o liberalismo primitivo, Whitaker critica as elevadas taxas de juros que caracterizavam o circuito do capital-dinheiro à época (outro problema permanente, *Brazil non mutat*):

“(...) o prazo dos títulos redescontáveis, estabelecido por lei até 120 dias, foi por Circular de uma repartição pública (sic), restringida para 15 dias; e os juros foram elevados a 22% (12 + 10), sendo aumentados até 30%, em caso de mora. Está, portanto, a usura, consagrada e aplicada pela Carteira; e, ao mesmo tempo, há, em curso uma nobre campanha para redução de juros das instituições financeiras.” (Whitaker, 1978, p. 370).

Whitaker também rejeita o recolhimento compulsório como instrumento de contenção monetária para estabilizar os preços, rompendo com um importante dogma liberal e monetarista. Reconhecendo a importância do crédito para a acumulação de capital, e logo do capital-dinheiro para reiniciar o circuito do capital industrial. Rompe assim com o próprio particularismo do banqueiro para se colocar na defesa do capital social total. Especificamente, argumenta que o compulsório induz as instituições a elevarem as taxas de juros para compensar os recursos retidos, aumentando os custos e elevando preços. De fato, o compulsório é um dos componentes do *spread* praticado pelos bancos. Portanto, combater a inflação (e reduzir o custo da dívida pública) requer reduzir as taxas de juros, não elevá-las:

“Creio que nesta nova fase de combate à inflação *prioridade deve ser dada à redução dos juros vigentes*. Eles (sic) *pesam sobremaneira nos preços* e ameaçam de ruína próxima a economia do País. Com os juros que prevalecem, mesmo os mais brandos, não há empresa (sic) que possa por muito tempo subsistir.” (Whitaker, 1978, p. 365, itálicos adicionados)

Em outra passagem, ao listar os principais remédios contra a inflação (unificação orçamentária e cambial; incentivos à produção – inclusive crédito -; casamento de prazo de ativos e passivos do BB – inclusive na carteira de redescontos – cujas operações seriam supervisionadas pela SUMOC; reforma bancária para maior especialização do crédito – incluindo caixas econômicas, extinção da CAMOB e criação de um Banco Central), o autor defende, pragmaticamente e contrário ao liberalismo, “(...) *Intervir no mercado de capitais e juros, para reduzir o nível atual destes (...)*” (Whitaker, 1978, p. 319, minha ênfase). Argumenta ainda, em lógica que falta ao monetarismo, que “Empréstimos para produção não podem ser a taxas altas. Além de prazo longo, devem ter juros baixos. Como, porém, consegui-los, se, *no presente momento, a taxa média de juros é, sabidamente, exagerada, para não dizer extorsiva?*” (op. cit., p. 338, minha ênfase).

Ou seja, Whitaker, era adepto do liberalismo, mas um liberalismo mais próximo ao norte-americano, não ao europeu. Não era dogmático, como bem argumentou Furtado. E nem poderia, já que:

“(...) os postulados da teoria clássica [liberal] se aplicam apenas a um caso especial [particular] (...). Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos

se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência.” (Keynes, 1983[1936], p. 15).

Whitaker reconheceu isso muito bem. Mas essa flexibilização doutrinária também não seria reflexo das novas condições pelas quais passava o capitalismo nacional e internacional?

### **A Contradição Suspensa: Do Particular ao Universal Restringido**

A exposição anterior sugere que Whitaker tinha uma concepção clássico-liberal da economia, mas um liberalismo cuja flexibilização foi possivelmente imposta pela estrutura socioeconômica em mutação. Isso se traduz necessariamente em ambiguidades e contradições, como identificar fortes desequilíbrios inflacionários nas emissões monetárias e ao mesmo tempo reconhecer que a economia se desenvolve, ou criticar a utilização da carteira de redescontos para emissões sem lastro, e defender sua importância para a consolidação do SFN e para o financiamento mais geral da economia. Então, como identificar o sentido profundo da atuação de Whitaker no comitê executivo da burguesia?

O curto período de tempo à frente do comitê, não obstante a profundidade das medidas adotadas, dificulta a avaliação dos resultados das mesmas para a superação do particularismo e para a consolidação do modo de produção do capital no Brasil. De qualquer forma, para qualificar sua agência no BB ou no MF, é importante ressaltar que avaliações de qualquer período econômico devem considerar a multiplicidade de forças e aspectos que o moldam (Bastos, 2010; Fritsch, 1990). Seria equivocado atribuir a um indivíduo, mesmo em posição central e hierárquica no comitê executivo, os resultados positivos ou negativos observados, contemporaneamente ou no futuro próximo. Esse erro é cometido, por exemplo, por Friedman e Schwartz em *Uma História Monetária dos Estados Unidos 1867-1960*, ao atribuírem a maior crise do capitalismo no século XX à morte de Benjamin Strong, então presidente da Reserva Federal de Nova York.

Ainda mais importante, existe uma tendência idealista de enfatizar demasiadamente o papel do Estado, principalmente o aparelho central, na evolução da conjuntura e mesmo da estrutura econômica. Por exemplo, Pinho Neto (1990) atribui às políticas de Gudin a desaceleração econômica de 1954-55. Contudo, o Estado é um componente importante, mas dificilmente o mais importante, exceto os órgãos de planejamento central em economias de comando, e mesmo assim com muita porosidade (Brabant, 1990). Ou seja, nem o Ministério da Fazenda ou o do Planejamento, nem o BC (ou o BB no caso de Whitaker), proporcionam uma capacidade completa de controle dos parâmetros da produção e circulação de mercadorias e capitais. Assim, a relação entre medidas *ex ante* e desempenho *ex post* não deve ser extrapolada de forma mecânica e teleológica. A política econômica é tão ou mais constrangida pelas condições materiais estruturais, principalmente em uma economia periférica, do que sua capacidade de restringir e estimular a busca

privada por renda e riqueza. Em resumo, como Whitaker permaneceu no aparelho de Estado por intervalos insuficientes para contribuir para mudanças estruturais, e suas inovações sofreram descontinuidades, a avaliação de resultados de suas orientações e medidas deve ficar restrita aos contornos dos componentes cíclicos, atuando sobre as forças que já se encontravam em movimento antes de suas nomeações e que continuaram depois de suas saídas do comitê. É mais importante identificar e entender a natureza dos condicionantes de sua atuação e que impossibilitam a adoção de suas doutrinas, mesmo que mais difusas.

Como Fritsch (1990) argumenta, lançando mão de Gramsci, apesar de a burguesia (ou plutocracia, rótulo esse rejeitado por Whitaker) cafeeira manter a hegemonia política sobre as demais frações do capital, mesmo após a transição do trabalho escravo para o assalariado, as políticas macroeconômicas nas primeiras três décadas do século XX nem sempre foram, e talvez nem mesmo pudessem ser, desenhadas e implementadas para atender aos interesses exclusivos da mesma. Segundo o autor, a ortodoxia liberal atrelada ao café, enquanto ação executiva, não retórica, permaneceu na defensiva, exceto em períodos de crise. Whitaker aponta diversas divergências econômicas com a lavoura de café. De fato, o golpe de Vargas em 1930 aponta para rupturas intra-oligárquicas significativas, tanto do ponto de vista setorial, com o avanço das políticas industrializantes, como regional, apesar da concentração geoeconômica em São Paulo. A Guerra Paulista de 1932 é resultado desses conflitos. Se na visão de Whitaker São Paulo estava predestinado a guiar a nação (1978, p. 26), essa liderança não poderia se sustentar apenas na economia cafeeira. O fracasso da reforma cambial de 1955, que propunha o modelo livre-cambista, é um elemento a mais corroborando a visão da ruptura do consenso clássico-liberal da primeira República e que se estende além da mesma, marcando a necessidade de exercício da hegemonia enquanto universalismo, incorporando novos campos de aplicação do capital.

Bastos (2010) menciona reunião em que Vargas se opunha à valorização do café e à emissão monetária, mas fora convencido por Whitaker de que se tratava de política geral, não setorial, visando às condições econômicas mais amplas do país. Nesse caso, dada a importância do café para o capitalismo nacional, de fato o interesse geral dificilmente pode ser dissociado completamente do interesse particular, mas não podem mais se confundir, sendo preciso superar o particularismo. Já na década de 1920, na presidência do BB, Whitaker defendia que:

“Apesar de ser um caso de *interesse geral*, a proteção do café suscita sempre preconceitos e antipatias regionais. A organização do crédito agrícola, entretanto, *favorecendo em primeiro lugar, naturalmente, ao café, que é a nossa riqueza principal*, não deixaria em desamparo nenhuma das outras culturas do país. Seria possível atender à borracha no Amazonas; ao açúcar no Recife, Campos e Alagoas; ao Cacau na Bahia; ao mate no Paraná; *a todas as riquezas*, em suma, de nosso *abençoado* território (Whitaker, 1978, p. 45, minha ênfase).”

Portanto, nas condições de subdesenvolvimento socioeconômico e político e de transformação no ritmo de desenvolvimento capitalista no Brasil, o particularismo da defesa do café, em que riqueza é sinônimo de riqueza agrícola, é, na verdade, compatível com a progressiva universalização do capital em curso no Brasil apenas se houver mobilidade intersetorial de capitais, o que exige instituições monetárias efetivas na garantia da estabilidade do dinheiro, unidade universal de medida da riqueza sob o capital. Dadas essas condições, a política de defesa do café poderia ser abandonada, como foi feito quando da segunda passagem. A atuação de Whitaker, nesse sentido, contribuiu para a superação do particularismo setorial e regional pela estabilização do dinheiro, nos marcos do fim do padrão-ouro internacional.

Ou seja, sendo o café também um valor de uso e logo particular, a universalização acontece com a passagem da forma mercadoria para a forma dinheiro. E a experiência de Whitaker como banqueiro, não como exportador de café ou árbitro de disputas econômicas particulares no comitê executivo, se mostra fundamental em um quadro de ruptura do padrão monetário internacional, sendo o ouro a métrica mais universal da riqueza. Isso parece ser válido mesmo que Whitaker não antecipasse os efeitos da generalização da forma dinheiro na forma de transferências intra- e intersetoriais dos capitais, sustentadas pela ação do Estado na realização do excedente cristalizado nas safras de café. Ambas as ações estatais trariam um novo impulso à universalização da riqueza de tipo capitalista ainda em formação no Brasil, mas a disponibilidade monetária é ainda mais central, em contraste com a monetização restrita vigente na economia escravista, que lega ao café seu particularismo.

Assim, o universalismo no capitalismo é a riqueza abstrata, o dinheiro. As formas relativa e equivalente do valor, desdobramentos da forma simples, singular ou acidental de valor, teriam o café como parâmetro de equivalência do valor relativo de qualquer outra mercadoria em circulação no capitalismo mundial. Sem acesso suficiente à riqueza padrão ou equivalente geral no capitalismo da época, o ouro, Whitaker busca alternativas para as compras de estoques para realizar o valor do café, e efetua, *et pour cause*, a permuta de café por trigo. Mas trata-se de forma equivalente particular, mesmo que pela fórmula do valor total possa ser desdobrada em várias mercadorias (açúcar, cacau, algodão, mate, máquinas, petróleo etc.). A forma geral de valor do café é igualmente insuficiente para medir e circular valores e logo proporcionar ampliação do movimento de capital e expansão do valor, dada a necessidade de monetização dos salários.

A ruptura na integração dos capitais brasileiros ao circuito do capital industrial mundial exige garantir a continuidade da forma dinheiro, mesmo que restringida, considerando que o dinheiro universal praticamente desaparece da circulação. Isto é, as condições de subdesenvolvimento do capitalismo doméstico dificultam que o ouro preencha esse papel, e

Whitaker assumiu o MF sem esse parâmetro de valor, com todas as repercussões que isso acarreta para a produção e a circulação de valores. O País não consegue se manter no padrão ouro e necessita recorrer a empréstimos internacionais. É então obrigado a suspender a conversibilidade e voltar à forma equivalente, mas restringida, da moeda territorial nacional. Sua obsessão em lastrear as emissões na produção (trabalho) é reconhecimento desta restrição. A reforma cambial buscada por Whitaker repousa no reconhecimento do dinheiro mundial como forma equivalente mais universal, e logo reguladora dos dinheiros territoriais nacionais, sem a arbitragem política das taxas múltiplas.

Em resumo, não basta ser paulista, é preciso proporcionar ao capitalismo cada vez mais nacional um escopo institucional capaz de manter a acumulação interna em vista das diferentes restrições impostas pelo capitalismo internacional. É necessário, mas insuficiente, sustentar a produção da mercadoria café garantindo a realização ou seu salto mortal. É preciso assegurar a estabilidade do valor da medida universal da riqueza: o dinheiro. Whitaker, portanto, contribuiu para a superação, mas sem eliminar totalmente (*Aufhebung*), o particularismo da cafeicultura paulista. Para tanto, buscou promover a estabilização monetária (medida de valor) para alavancar a produção ampliada de mercadorias identificadas pelos seus valores de uso, atuando com a persuasão do banqueiro, que ainda não rompe totalmente o particularismo, posto que o equivalente geral universal, na época, era a moeda mundial, mas promovendo, dentro das restrições históricas e geoeconômicas impostas ao Brasil, as condições para a consolidação do capitalismo nacional, mesmo depois de três décadas de generalização do trabalho assalariado.

Nesse sentido, Whitaker não poderia ser um liberal *sans phrase*. O liberalismo menos sofisticado é idealista e ignora a materialidade da política e do Estado-Nação, em sua heterogeneidade de forças sociais, na mediação da circulação internacional de mercadorias e de capitais. Mesmo que Whitaker, dentro de sua agência estruturalmente restrita, lograsse superar o conflito intra-capitalista interno pelo controle dos parâmetros de política macroeconômica, conflito esse que era resultado das transformações estruturais em curso, e que exigiam de fato uma estabilidade da universalização da riqueza mantida na forma monetária, facilitando a mobilidade intersetorial do capital, e assim promovendo uma verdadeira hegemonia sob liderança do capital bancário, havia outra restrição estrutural. A hierarquia monetária mundial, garantida pela política internacional dos Estados capitalistas mais poderosos, e a conseqüente condição periférica do capitalismo nacional na mesma, é um entrave insuperável, e que se refletia justamente na dificuldade de gestão fiscal, monetária e cambial das instituições nacionais, mais do que a orientação doutrinária de seus gestores. O universalismo que supera o particularismo é ainda particular.

## Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.) *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

ALVARENGA JÚNIOR, M.; Fernando A. M. de MATTOS. A Política Econômica nos Anos 1930: Evidências de uma Heterodoxia Consciente. *Análise Econômica*, ano 33, n. 64, p. 287-315, 2015.

BASTOS, Pedro P. Z. Ortodoxia e Heterodoxia Antes e Durante a Era Vargas: Contribuições para uma Economia Política da Gestão Macroeconômica nos Anos 1930. Campinas: IE/UNICAMP, jun. 2010.

CALLINICOS, Alex. *Making History: Agency, Structure, and Change in Social Theory*. Leiden: Brill, 2004.

CHAVANTES, Ana P. Consolidação do Setor Bancário em São Paulo na Década de 1920. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em Economia. Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

COLISTETE, Renato P. Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69 n. 3, p. 331-354, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

FONSECA, Pedro C. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, v.23, n.1(89), p.133-48, 2003.

FONTANARI, Rodrigo. Um Banqueiro do Café: A Trajetória Empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira e as Teias do Crédito na Economia Cafeeira Paulista (1890-1937). Tese – (Doutorado em História Econômica), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.) *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

FURTADO, Celso. Comentários à ‘A Revolução de 30 em Perspectiva: Estado, Estrutura e Poder e Processo Político’. In: CPDOC-FGV. *A Revolução de 30 - Seminário Internacional*. Brasília, Editora da UnB, 1982.

KEYNES, John M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1936].

KIRSHNER, Jonathan. The Inescapable Politics of Money. In: Kirshner, Jonathan. *Monetary Orders: Ambiguous Economics, Ubiquitous Politics*. Itaca e Londres: Cornell University Press, 2003.

MARTINS, José de S. Visão do Sociólogo: Heranças e Pendências de uma Sociedade em Anomia. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos (org). *Doença Holandesa e Indústria*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

MAYER, Jorge M. José Maria Whitaker. CPDOC-FGV, s.d.. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/whitaker-jose-maria>. Acesso em 16/06/2018.

PINHO NETO, Demosthenes M. O Interregno Café Filho: 1954-1955. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.) *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

REGO, José M; Rosa M. MARQUES. *Economia Brasileira*. 6ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SARETTA, Fausto. A Política Econômica no Período 1954/1955: Algumas Notas. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu: ABPHE, 2003. v. 1, p. 1-12. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_61.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_61.pdf)>. Acesso em: 15/08/2018.

SCHWARZ, Roberto. *As Ideias Fora do Lugar*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

SILBER, Simão D. Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o Período 1929-1939. In: VERSIANI, Flávio; BARROS, José R. M. (Org.). *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VAN BRABANT, Jozef M. Socialist Economics: The Disequilibrium School and the Shortage Economy. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 4(2) 1990: 157–175.

WHITAKER, José M. *A Administração Financeira do Governo Provisório de 4 de Novembro de 1930 a 16 de Novembro de 1931*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1933.

\_\_\_\_\_. *Letra de câmbio*. 7ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1963.

\_\_\_\_\_. *Seis meses de novo no Ministério da Fazenda*. Rio de Janeiro: s. ed., 1956.

\_\_\_\_\_. *O Milagre da Minha Vida*. São Paulo: Hucitec, 1978.